

O convívio no habitar e no espaço urbano - Parte II

Infohabitar, Ano VII, n.º 338

Novos comentários sobre a qualidade arquitectónica residencial

Melhor Habitação com Melhor Arquitectura X:

O convívio no habitar e no espaço urbano - Parte II

Artigo de António Baptista Coelho

Nota importante: por se tratar de um artigo com mais de 20 páginas foi dividido em duas partes - a primeira parte editada na semana passada (embora sempre disponível on-line) e a segunda e última parte esta semana, juntando-se um índice para orientação: a “bold”/negrito a parte do artigo editada esta semana.

Habitação e Arquitectura X: O convívio no habitar e no espaço urbano - Parte II

Índice

- 1 - Entre convivialidade e privacidade, um equilíbrio vital
- 2 - Introdução à convivialidade arquitectónica residencial
- 3 - Aspectos estruturadores da convivialidade
- 4 - A convivialidade: da habitação, à vizinhança e ao bairro
- 5 - **Estratégias de convivialidade**
- 6 - **A rua convivial: matéria base do bom urbanismo**
- 7 - **A convivialidade nos espaços públicos versus a espaciosidade nos espaços edificados**
 - (i) **A convivialidade nos espaços públicos**
 - (ii) **A convivialidade na vizinhança de proximidade e na relação desta com os edifícios**
 - (iii) **A convivialidade nos espaços edificados**
- 8 - **Carácter e importância específica da convivialidade**
- 9 - **Notas de reflexão e para desenvolvimento sobre a convivialidade arquitectónica residencial**



Fig. 08

5 - Estratégias de convivialidade arquitectónica residencial e urbana

Provavelmente a principal estratégia de convivialidade será a dinamização do uso dos espaços públicos por inúmeras actividades potenciais, contíguas às habitações e residentes no próprio espaço público; actividades essas que se caracterizem por um expressivo sentido de atractividade e de potencial de afectividade, pois estamos a lidar com eventuais espaços de "expansão" da vida doméstica.

Para se desenvolver uma efectiva afectividade cidadina e residencial é importante favorecer, como defende Larry Ford (2000) (11), «*uma cidade com fachadas permeáveis e com grande variedade de acessos ao nível da rua, que é muito mais dinamizadora da vida cívica do que uma cidade caracterizada por estruturas do tipo fortalezas com paredes cegas e portas invisíveis*», porque «a

vida nas ruas é definida e guiada pelas características dos edifícios envolventes.»
E lembremos, a propósito, que as ruas são praticamente impossíveis de formatar com grandes edifícios relativamente isolados.

Visa-se, assim, uma rua cívica, humanizada e diversificada, pois, tal como é apontado por Rapoport (1977) (12): *«o desenho deveria gerar a maior variedade possível de signos de actividade humana. O uso de canais de informação polisensoriais aumenta a capacidade de congruência»,* enquanto... *«a predominância de signos automóveis reduz e empobrece a referida congruência ... outras razões»* (de incongruência residencial) *«são a falta de jardins, a densidade excessiva, a regulamentação exagerada... (Sieverts, 1967) ... Para os adolescentes e as crianças as áreas com signos de actividade humana são elementos centrais da percepção urbana, os edifícios... recordam-se com facilidade se estiverem relacionados com alguma actividade vital.»*

Temos, assim, caminhos estratégicos de dinamização do uso do espaço público e, conseqüentemente, da convivência no habitar, mas a montante desta estratégia de diversificação e, especialmente, intensificação do uso das desejáveis continuidades de espaços públicos, aplicável sistematicamente numa escala microurbana, está uma preocupação de ordenamento que podemos definir como de multifuncionalização e vitalização do espaço urbano.

Visa-se um desenho humanizado e diversificado, configurado numa aliança de objectivos de vitalidade urbana e de vitalidade e agradabilidade residencial, tal como foi defendido por Jane Jacobs (1961): *«Planeamento para a vitalidade: a maior diversidade de meios, usos e pessoas em cada bairro; interpenetração contínua de vizinhanças com segurança nos espaços públicos o mais possível dada pelos seus usuários; combater a existência nociva de zonas de fronteira desertas e ampliar a identidade dos bairros; recuperar cortiços convencendo assim seus moradores a ficarem; transformar a autodestruição da diversidade em forças construtivas; explicitar a ordem visual das cidades.»* (13)

E Jane Jacobs sublinha que para se favorecer uma positiva diversidade nas ruas e nos bairros: *«o bairro deve atender a mais de uma função principal e de preferência a mais de duas; a maioria dos quarteirões devem ser curtos; as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes; o bairro deve integrar edifícios com diferentes idades e estados de conservação (diferentes rendimentos e oportunidades) numa mistura que deve ser compacta; e numa*

densidade suficientemente alta de pessoas» (Jacobs, p. 165).

Mas, provavelmente, a melhor estratégia para se dinamizar a convivialidade residencial é continuar a apostar em boas ruas, pois, afinal, e como defende Jaime Lerner, a rua deve ser a melhor invenção no que se refere a um espaço urbano vivo e eficaz; e sobre a rua convivial apontamos, em seguida alguns aspectos.



Fig. 09

6 - A rua convivial: matéria base do bom urbanismo

Citando Hertzberger (1991) (14), *«o conceito da rua de convivência está baseado na ideia de que os moradores têm algo em comum, que têm expectativas mútuas... (p. 54)... Casas e ruas são complementares! A qualidade de uma depende da qualidade da outra (p.63). ...Dar igual atenção à casa e à rua significa tratar a rua não apenas como espaço residual ..., mas sim como elemento fundamentalmente complementar» (p.64).*

A rua urbana com continuidade constitui o cenário básico para a integração de equipamentos colectivos muito diversos, não apenas na sua perspectiva funcional, mas também numa perspectiva integrada, tanto em termos de aspecto

(quadro de fundo, composição variada, etc.), como em termos sociais de animação e de apropriação - equipamentos mais frequentados que são usados como animadores das cenas urbanas (ex., paragens de transportes públicos, jardins urbanos colaborando fortemente na integração entre edifícios).

Diferentes tipos de habitar e de gostos de habitar encontram, também, na rua o seu espaço público comum, lugar de consenso possível, elo de continuidade urbana, sítio de conciliação entre o lazer e o trabalho, espaço de ligação entre vizinhanças, que, cada vez mais, não se agregam e usam em torno dos tradicionais equipamentos colectivos de bairro ou de "célula" (escola do bairro em que se reside, comércio local, etc.).

As funções da rua podem constituir-se no principal elemento de adequação entre diversas vontades de convívio, que são expressas por muitas pessoas; desde aquelas que pretendem fortes laços de convívio, entre vizinhos, nos próprios edifícios habitacionais, até às outras, que nos devem merecer idêntico respeito, e que pretendem uma extrema condição de privacidade e anonimato no edifício urbano (escolhendo, por vezes, o "grande multifamiliar", exactamente para obter tais condições). Mas a rua, como sabemos, teve ultimamente muitas das suas funções menorizadas.

Para além da rua mais "corrente", se é admissível utilizar uma tal expressão, há outros convívios bem possíveis e desejáveis em outras arquitecturas expressivamente "conviviais", que importa aprofundar na extensa complexidade e riqueza das suas caracterizações, entre as quais é possível, desde já, apontar algumas - faz-se notar que não foi possível identificar o autor do excelente artigo referido e do qual se retiraram grande parte dos elementos que são, em seguida, apontados: (15)

- Ruela: se a rua que limita quarteirões é o espaço de animação por excelência a ruela tem a vocação à escala da vizinhança; mais que uma passagem pode ter algumas das funções da rua, tolerando alguns automóveis.

- Passagens e impasses privativos: agrupamento em torno de uma pequena rua privativa com habitações unifamiliares em banda ou pequenos multifamiliares com escala reduzida, sempre sob a forma de intervenções pontuais na organização urbana tradicional, relacionadas com situações de preenchimento urbano.

- Pátio: forma de agrupamento semelhante à “passagem”, mas com uma escala mais pequena, convindo quer a situações menos urbanas, quer a certas disposições do terreno.

- Pequenos multifamiliares com escala humana: tipo de habitar ligado à rua e ao quarteirão urbano, constituindo o centro de todas as pequenas povoações; soluções mais isoladas ou mais em banda e nestas mais rígidas ou menos rígidas e estruturadoras do espaço colectivo.

- Edifícios de cidade: condições idênticas às anteriores mas agrupando maior número de fogos, participa de uma certa convivialidade no modo como se integra na cidade, e a sua concepção designadamente a nível dos seus espaços comuns pode incitar à criação de relações estreitas entre os habitantes.

- Conjuntos de casas: alusão à tradição de certas regiões, numa tentativa de recuperar o potencial poético das casas individuais mas (re)inventando instrumentos ao serviço de uma prática colectiva do conjunto graças à disposição das escadas e aos arranjos que as acompanham.

- Entrada: transição entre a rua pública e o espaço aberto e o interior do fogo, essencialmente, privado e fechado, usa elementos situados entre a rua e o edifício (ex., jardinetas privadas, tratamentos de pequena escala); depois são as entradas com os seus prolongamentos exteriores, como por exemplo: murete de sentar e falar, iluminação nocturna, garagem para bicicletas, revestimento de solo mais cuidado relacionado com o do próprio hall, efeitos de luz, etc. Sítio muito frequentado de encontro, mais ou menos fortuito, entre vizinhos e de agrupamento dos adolescentes. Sítio importante para os habitantes porque dá do edifício uma imagem “de primeira linha”.

- Escada e patim: o arranque da escada pode, ou não, convidar a subir, é importante que a escada e sobretudo os patins tenham luz natural, que se tenha vista exterior e que os patins tenham um bom tamanho para suscitarem paragem e, potencialmente, algum convívio, podem ser também integrados elementos que suscitem a integração de plantas e/ou o estar sentado e a observação, por exemplo, da rua.

- Galeria: bem tratada e dimensionada pode ser um prolongamento elevado da rua, para isso tem de ter adequadas dimensões e ser tratada com uma certa

transparência, mas também tem de ser um sítio abrigado e agradável, e que sirva um número reduzido de fogos.

- Superfícies comuns: na proximidade dos átrios comuns para os adolescentes, em posições elevadas para jogos de crianças ou actividades comuns (lavagem, passatempos, etc.), ou eventualmente apropriáveis por pessoas de certos fogos (ex., quartos para estadas curtas); tudo isto exige como base uma boa estrutura de gestão local.



Fig. 10

7 - A convivialidade nos espaços públicos versus a espaciosidade nos espaços edificados

William Mitchell (2000) (16) lembra a história do homem, quando o espaço junto ao poço perdeu a sua função e se inventaram outros sítios urbanos conviviais como o café, e defende que a história se repete, hoje, pois antes tínhamos de sair de casa para trabalhar e para ir ao cinema e ver os amigos e hoje tudo isto se pode fazer na nossa casa. Isto é bom, por um lado, mas, por outro, Mitchell sublinha que as organizações e os sistemas citadinos fragmentam-se e dispersam-se e a vida nos espaços públicos parece disseminar-se e perigar. E William Mitchell defende que, mais uma vez, devemos (re)inventar os espaços públicos,

os povoados e as cidades deste novo século.

A convivialidade tem, assim, uma importante presença ao nível dos espaços públicos, quer mais intensamente urbanos, quer vicinais; no entanto também há uma convivialidade doméstica e, entre uma e outra, até, alguma convivialidade condominial poderá fazer todo o sentido, tanto em condições habitacionais correntes, como em condomínios socialmente específicos: será o caso de residências para seniores, estudantes e pessoas isoladas, será o caso de edifícios para famílias monoparentais; será o caso de soluções para determinados grupos socioculturais; e afinal poderá ser o caso de apostas específicas em “segundas e/ou terceiras vias” de convívio (urbano, vicinal, condominial e doméstico)...

(i) A convivialidade nos espaços públicos

O espaço público é por natureza gregário, havendo definições de territórios e pólos de actividade e animação dos mesmos que serão, sem dúvida, favorecedores de uma predisposição para o convívio... fazer espaços predispostos para o convívio assumidamente urbano ou de um grupo de vizinhos são situações bem diferentes.

Não se trata de fazer condomínios de convívio obrigatório, mas sim de configurar troços urbanos estratégicos e recintos de vizinhança próxima que sejam naturais geradores de convivência informal, por exemplo, á volta da mesa do café ou da esplanada, a participar num jogo de grupo ou simplesmente a assistir ao mesmo. Mas que fique bem claro que tal “naturalidade” tem de ser cuidadosamente projectada (ex., no interior de quarteirões ou em pracetas residenciais).

(ii) A convivialidade na vizinhança de proximidade e na relação desta com os edifícios

Uma bem afirmada e agradável vizinhança de proximidade (ex., interior de quarteirão, impasse ou praceta residencial), como o nome indica, é um local muito favorável para a geração de laços de convívio, que por vezes nascem entre crianças e depois se prolongam a outros residentes.

Em termos de uma reflexão geral sobre esta matéria apuram-se, para já, os seguintes aspectos retirados de um artigo do pediatra Mário Cordeiro e do colega Tiago Queiroz (17):

«O melhor ambiente vivido nas cidades teve um impacto muito positivo na saúde das populações ... Actualmente, o conceito de cidade e a sua prática sofreram algumas distorções e desvios, criando novos e intensos problemas, no cerne do qual estão os sistemas de transportes, a poluição, a perda de identidades e de sentimentos de pertença, e a descaracterização do espaço público, designadamente a «perda da rua» enquanto espaço lúdico, relacional e estético. As crianças e jovens são os primeiros, a par dos idosos, a sofrer com isso. Não se creia, contudo, que a culpa está nas cidades, mas sim na forma como por vezes estão a ser planeadas e geridas.»

E os autores apontam o caminho: Há que *«Redimensionar os espaços de habitação, a sua articulação e a multiculturalidade e carácter transgeracional, redimensionar os espaço comercial, lúdico e laboral, e fazer cada vez mais da cidade um aglomerado de «pequenas aldeias» (bairros), como ainda existem em tantas delas, em que as grandes deslocações sejam muito mais limitadas e os percursos a pé sejam privilegiados, e em que as hipóteses de encontro de pessoas da família, amigos.»*

E Mário Cordeiro e Tiago Queiroz sublinham, assim, a importância da construção e reconstrução de vizinhanças de proximidade bem definidas e agradáveis, tornando-se a cidade um espaço estrategicamente mais compartimentado, apropriado, diversificado e atraente.

(iii) A convivialidade nos espaços edificados

Ao nível do edificado é possível conceber um edifício, mais ou menos, convivial. É possível sugerir o interesse de se passar por um espaço de estar e lazer que é de todos antes de nos recolhermos aos nossos mundos privativos e é possível, mesmo nestes mundos, sugerir, física e ambientalmente diversas opções de convívio doméstico. Mas tais sugestões não podem ser mais do que isso, pois sendo imposições, sem alternativas, terão maus resultados.

E há que ponderar as formas e modos de habitar em termos da sua compatibilidade com as soluções de estruturação dos espaços comuns e do seu respectivo relacionamento com as habitações.

(iv) A convivialidade na habitação

Ao nível do fogo é possível e muito desejável criar pólos diversificados e articulados de convivialidade no mesmo espaço doméstico e/ou em espaços distintos.

E não tenhamos dúvida de que é fundamental cuidar especificamente da existência de condições propícias ao convívio doméstico estrategicamente distribuídas pela habitação e designadamente: na cozinha, na sala comum e na zona de entrada.



Fig. 11

8 - Carácter e importância específica da convivialidade

A convivialidade é uma qualidade apenas em parte subjectiva, que se liga a distâncias inter-pessoais e à percepção territorial, sendo essencial para a coesão cidadina, vicinal, condominial e doméstica.

A convivialidade tem de ser uma qualidade espontânea ainda que sugerida pelos espaços e ambientes, pois do seu excessivo enquadramento só resultarão, em situações correntes, efeitos perversos e opostos aos desejados; até porque há diversos níveis de convivialidade e alguns deles têm de ser objectivamente desejados pelos próprios habitantes.

Ficam para ponderação situações especiais eventualmente adequadas a grupos socioculturais muito específicos, e mesmo neste caso ficará por resolver a respectiva integração urbana.

Tal como se salientou no início destes item, convivialidade e privacidade são aspectos fortemente complementares e que interagem muito positivamente, numa gradação de territórios e de limiares que, entre os extremos da cidade animada e do recanto doméstico individual, têm forte expressão ao nível do convívio em locais de passagem, transição e paragem natural, como são o café na esquina, o espaço de recreio no interior do quarteirão e o átrio exterior que antecede a entrada no edifício.



Fig. 12

9 - Notas de reflexão e para desenvolvimento sobre a convivialidade arquitectónica residencial

Como notas de reflexão sobre a convivialidade urbana e residencial, salientam-se os seguintes aspectos.

A convivialidade numa perspectiva arquitectónica e residencial tem a ver com o viver em comum, com o ter familiaridade e camaradagem, com a entreaajuda natural, a sociabilidade entre vizinhos e o trato diário espontâneo e fácil em unidades de convizinhaça. Através do viver em comum relaciona-se com a convizinhaça, que é o estado ou situação de quem é vizinho com outrem, de quem está próximo e/ou é semelhante.

A convivialidade relaciona-se com o conceito de comunidade, entendida como sociedade, agremiação e lugar onde vivem indivíduos agremiados, que se "ajuntam" em assembleias; e devemos ter presente que há diferentes graus e diversas expressões físicas de convivialidade.

Deve sempre destacar-se que a condição de convivialidade residencial tem de ser inteiramente espontânea e natural; o desenvolvimento de qualquer tipo de convivialidade fisicamente imposta é, basicamente, um factor negativo, a combater, porque tem como consequência o arrastar dos indivíduos obrigados ao convívio para posições extremadas de isolamento e de rejeição desse mesmo convívio.

Há no entanto que afirmar, com clareza, a importância de uma convivialidade reforçada ao nível do habitar, com todas as implicações a ela associadas - espaciais, conforto, etc. - pois, afinal, e como escreveu Joaquín Arnau (2000) (18): *«É na convivência, e não na simples vivência, que Vitruvius refere estar a origem da cabana primitiva»* (p. 30).

E a convivialidade é tão pública como privada, sendo que provavelmente aquilo em que muitas casas/habitações falham é na inexistência de adequadas condições de convivialidade doméstica, condições que promovam um encontro diário, consistente e securizador, do tipo daquele a que se refere José Gomes Ferreira ("Poesia VI", Lisboa, Diabril, col. Obras de José Gomes Ferreira, 1976, 255p): *«À tardinha acendemos o fogo na lareira/ e é como se fosse de novo o princípio do mundo / quando o silêncio / ainda criava pedras / para depois haver tempo concreto / tempo alheio»* (p. 50).

Em termos dos desenvolvimentos considerados mais interessantes nestas matérias da convivialidade urbana e residencial, salientam-se os seguintes temas de estudo.

- A convivialidade liga-se ao viver numa relativa ou afirmada comunidade, ao ter familiaridade ou camaradagem vicinal, à entreaajuda natural ou à simples e civilizada sociabilidade entre vizinhos, bem como ao trato diário espontâneo e fácil em unidades de vizinhança.

- O convívio urbano e na vizinhança é um trunfo essencial para a construção e reconstrução de espaços urbanos vitalizados e motivadores e, actualmente, um trunfo urgente mas difícil de lançar, quer porque o espaço urbano é residual e não comporta determinados elementos constituintes, quer porque o projecto é incompleto e defeituoso e/ou o promotor não considera que tal qualidade é importante.

- O convívio doméstico, em espaços alternativos, por exemplo à volta da mesa e com a possibilidade de fuga à poluição televisiva, é um trunfo valioso para a coesão familiar, mas colide, frequentemente, com espaços unifuncionais, relativamente apertados e dominados pela “caixa mágica”.

- O convívio condominial é mais complexo e, eventualmente, discutível, mas um número reduzido de fogos e a possibilidade de uma ou outra actividade de vizinhança, que pode ser até a conversa breve de circunstância, serão sempre aspectos positivos... há muito a aprender com soluções experimentadas, embora entre nós e infelizmente a tendência seja sempre para uma renovada tábua rasa.

Notas:

(1) Larry Ford, “The Spaces between Buildings”, 2000.

(2) RAPOPORT, Amos Rapoport, “Aspectos humanos de la forma urbana - Hacia una confrontación de las Ciências Sociales com el diseño de la forma urbana”, 1978 (1977), p. 320.

(3) Jane Jacobs, “Morte e vida das grandes cidades” , trad. Carlos Mendes Rosa, 2001 (1961), p. 454 e 455.

(4) Herman Hertzberger, “Lições de Arquitetura”, trad. Eduardo Lima Machado, 1996 (1991), várias pp.

(5) Autor não definido, “Architectures conviviales”, in Habitat Social, Paris, s.d., p.9 a 22.

(6) William J. Mitchell, “E-topía - Vida urbana, Jim, pero no la que nosotros

conocemos”, 2001 (2000).

(7) Mário Cordeiro e Tiago Queiroz, "A cidade, a criança e a saúde: contributos para uma mudança de paradigmas", em Cadernos edifícios, n.º 4, "Humanização e vitalização dos espaços públicos", p. 83 a 108.

(8) Joaquín Arnau, "72 Voces para un Diccionario de Arquitectura Teórica", 2000.

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte

Infohabitar, Ano VII, n.º 338, 20 de Março de 2011

Etiquetas: [antónio baptista coelho](#), [cidade convivial](#), [convívio](#), [convívio residencial](#), [espaços conviviais](#), [qualidade arquitectónica](#), [qualidade arquitectónica e satisfação residencial](#)